

Jeton divide Imprensa e Congresso

Será que "estão querendo bagunçar o coreto dos parlamentares"?

MARIA LIMA
Da Editoria Nacional

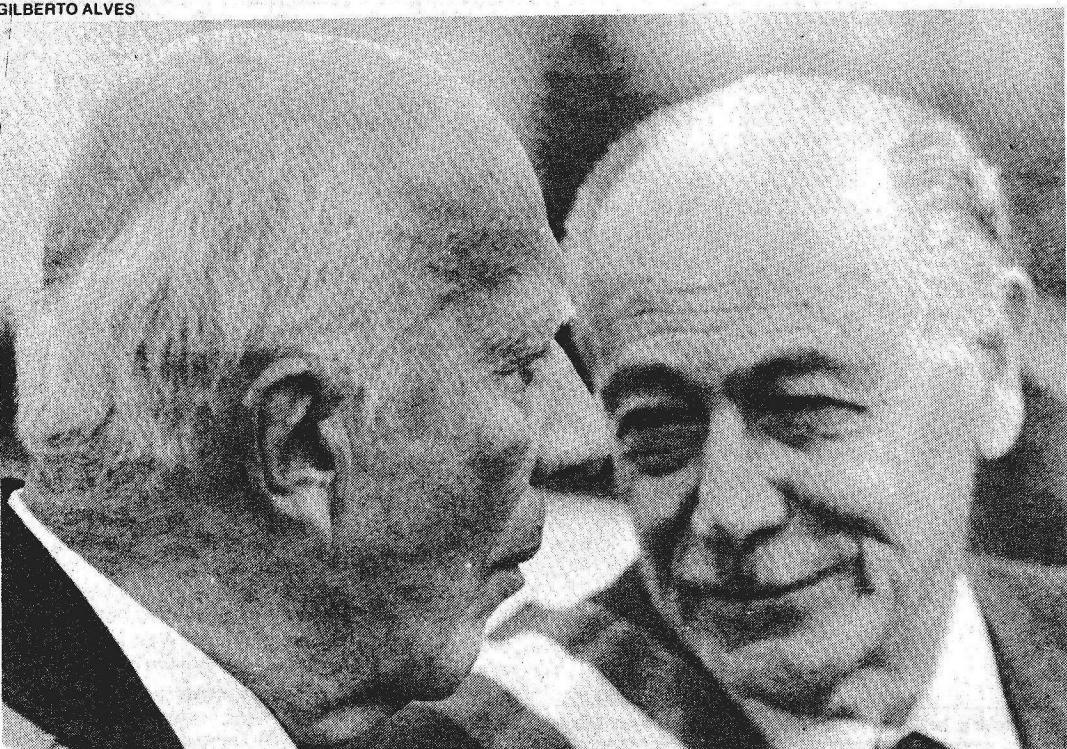
GILBERTO ALVES

"Estão querendo bagunçar o coreto dos parlamentares". O tom desta frase, disparada na semana passada da tribuna da Câmara pelo deputado-cantor Agnaldo Timóteo (PDS/RJ), dá a noção exata do clima de hostilidade que se criou entre a imprensa e o Legislativo. Tudo começou quando órgãos de comunicação passaram a denunciar o constante esvaziamento dos plenários do Senado, Câmara e Congresso.

Mas as farpas começaram a ser atiradas, mesmo, foi quando a imprensa começou a trazer à tona a polêmica questão da legalidade ou não do pagamento de "jetons" aos parlamentares que se ausentam do plenário durante as sessões de votação. A Constituição é muito clara ao estabelecer que os ausentes não podem receber o pagamento dos jetons correspondentes a Cr\$ 112 mil por sessão, que forma a parte variável dos subsídios dos parlamentares.

Mesmo assim, sem qualquer controle de presença mais rígido, o pagamento destes jetons tem sido feito aos faltosos, irregularmente, há mais de 20 anos. Denunciadas tais irregularidades e mostrada à opinião pública a rotina dos parlamentares, as farpas passaram a ser atiradas dos dois lados. Os congressistas, por seu lado, contrataram devolvendo a acusação de que a imprensa, ao denunciar tais fatos, está orquestrando uma campanha mesquinha para denegrir a imagem do Legislativo.

No meio desta grita geral, alguns parlamentares — os mais assíduos, que certamente não temem a perda do jeton — saíram em defesa dos jornalistas, ressaltando o seu direito e dever de denunciar irregularidades. Contrariando a posição de seus colegas, o senador alagoano Luiz Cavalcante (PFL) foi dos únicos que subiu à Tribu-



A Ulysses e Fragelli cabe a responsabilidade de defender a imagem do Congresso

na para justificar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela imprensa. Lembrando o texto constitucional, ele reafirmou que "os faltosos não podem receber jetons, sejam quais forem os motivos da ausência, ainda que em caso de doença".

O senador José Fragelli, presidente do Senado e do Congresso, resolveu continuar pagando os jetons, ao arreio do texto constitucional, sustentando a tese de que a função do parlamentar não se esgota no plenário, já que atua também nas comissões técnicas. Mas a realidade mostra que os projetos continuam se amontoando nestas comissões, que também continuam esvaziadas.

CALCANHAR DE AQUILES"

Na semana passada, quando

o clima de tensão atingiu o auge, os presidentes do Senado, José Fragelli, e da Câmara, Ulysses Guimarães, resolveram requisitar uma Cadeia nacional de rádio e televisão — na qualidade de presidentes de um dos poderes da República — para defenderem o Congresso Nacional dos ataques.

Defender os parlamentares, principalmente com relação ao pagamento dos jetons aos faltosos, não será uma tarefa fácil. O próprio deputado Maurilio Ferreira Lima (PMDB-PE), que já trabalhou como radialista, diz que "nesta campanha o Congresso Nacional tem uma parte vulnerável e indefensável. A estrutura do subsídio do parlamentar é o calcanhar de Aquiles do Congresso Nacional", observa.

— Não se justifica o pagamento de jetons aos faltosos nem o fato de que, mesmo sendo assíduos, os deputados ganhem cerca de Cr\$ 23 milhões e só contem uns Cr\$ 50 mil de Imposto de Renda, que não incide sobre os subsídios variáveis.

Uma solução para o estabelecimento dos subsídios e o fim das críticas aos jetons, segundo Maurilio Ferreira Lima, é a fixação de um salário para que os parlamentares subsistam, mas que seja "transparente".

A suposta campanha que a imprensa vem fazendo contra irregularidades e que tem mobilizado a opinião pública na condenação do Congresso — explicou o deputado pernambucano — encontra guarida nestes aspectos que devem ser corrigidos. Mesmo sendo um dos pou-

cos deputados assíduos ao plenário, Maurilio Ferreira Lima reclama que uma das poucas coisas que não consegue explicar é a forma de pagamento de seus subsídios.

— Eu entendo estas denúncias como uma forma positiva de cobrança para o saneamento destas irregularidades e de outras que surgirem no Congresso Nacional, esclarece o deputado.

RETALIAÇÃO

Mas se por um lado existem parlamentares que compreendem o papel da imprensa e não exergam nenhuma campanha com o fim de desmoralizar o Congresso, há também os que passaram a encarar os jornalistas que cobrem o setor como verdadeiros inimigos, o que de certa forma tem dificultado o trabalho de Todos.

O senador José Fragelli, é um dos mais irritados com a imprensa, mas nem por isso deixou de receber os repórteres. As dificuldades maiores foram impostas por seu chefe de gabinete, Aleixo Campos, que insistia em reclamar das matérias publicadas sobre o assunto e questionava a veracidade dos fatos publicados. As acusações e prevenções contra os jornalistas passaram a ser uma constante na maioria dos gabinetes.

Além da ida de Ulysses Guimarães e Fragelli às rádios E TVs, várias outras formas de contrataque à suposta campanha de desmoralização estão sendo ensaiadas. Alguns parlamentares chegaram a sugerir a criação de CPIs destinadas à investigação de transações comerciais de determinadas empresas de comunicação. Outra medida, proposta pelo senador Itamar Franco (PMDB/MG), foi votar imediatamente uma emenda constitucional do deputado O狄lon Saln鷍ia (PMDB/SC), que transfere ao Legislativo atribuição hoje conferida ao Executivo de conceder e cassar concessões de Rádio e TV.